

A Faculdade de Teologia de Coimbra (1772-1910): o ensino da teologia moral

CARLOS A. MOREIRA AZEVEDO

Conselho Pontifício da Cultura

O reformismo ilustrado de Pombal coincidiu, na aplicação à Teologia, com um momento caracterizado pela sistematização da docência e pela organização das especialidades teológicas.¹

No século XVIII, tinham-se distinguido e configurado as áreas do saber, apesar de não se ter avançado além de uma Teologia de controvérsia e de se assistir a um processo de decadência. O período dos comentaristas chegou ao fim nos meados do século e gritou vitoriosa a época dos manuais, já em crescimento pela Europa, desde a segunda metade de seiscentos. Esta mudança é mais do que estrutural na ordenação dos materiais. Há uma metodologia docente. Enquanto o modelo medieval se baseava na *quaestio*, na análise do problema que era colocado e resolvido, o novo figurino

¹ Para uma visão geral ver: RODRIGUES, Manuel Augusto – A Faculdade de Teologia da Universidade de Coimbra e a Reforma Pombalina. *Brotéria*. 114 (1982) 553-571; RODRIGUES, Manuel Augusto – Subsídios para a história da Faculdade de Teologia da Universidade de Coimbra: Livros estrangeiros adotados na última fase da sua existência. *Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra*. 8 (1986) 213-241; RODRIGUES, Manuel Augusto – Da Faculdade de Teologia para a Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. *Revista de História das Ideias*. 6 (1989) 517-542.

pretendia a *ordo expositionis*, a exposição ordenada da doutrina até aí conseguida, praticando um esquema onde cada ponto tinha o seu lugar lógico, mediante o enunciado da verdade, depois fundamentada por argumentos da autoridade e da razão. É uma opção com menos criatividade intelectual, mas com clara vantagem na transmissão da totalidade dos dados disponíveis. A exposição é *dogmática*, termo que se opõe a *escolástica* e que equivale a afirmativa. Defende-se dos que a combatem, sem, porém, entrar em pormenores especulativos.

A Ilustração trouxe à razão cartesiana um acréscimo do progresso no saber. Agora, parte-se dos dados para chegar às leis. Assim se desenvolve a procura permanente de conhecimentos. Os teólogos perceberam o problema desta orientação racionalista e naturalista, que o pensamento ilustrado gerava, mas, no século XVIII, não surgem obras de envergadura. Multiplicam-se os manualistas, cujo valor é diminuto.²

A proibição de ensinar a doutrina escolástica nas Faculdades de Teologia é decretada na maior parte dos planos de reforma universitária. É o caso de Coimbra. É, ainda, o caso dos planos de Maria Teresa da Áustria, finalizados entre 1774 e 1777. O inspirador principal é Franz Stephan Rautenstrauch (1734-1785), abade de Braunau. Instauram-se medidas regalistas, consagrando a intervenção do Rei nas questões teológicas e no foro eclesiástico.³

A partir da segunda metade do séc. XVIII, a Teologia vai adotar uma divisão em quatro ramos, com autonomia docente e metodológica: Teologia Fundamental (Lugares Teológicos), Teologia Moral, Teologia Pastoral e Teologia Espiritual. Esta subdivisão da Teologia Dogmática manteve-se. A História da Igreja, a Exegese e o Direito Canónico são áreas não pertencentes estritamente à Teologia. O Direito Canónico, no caso de Coimbra, era lecionado na Faculdade de Cânones.⁴

² Fr. Inácio de S. Caetano, bispo de Penafiel, escreveu um extenso tratado de teologia, “que no seu tempo foi objeto de apreço”. Cf. *Atas*, vol. 2, p. 203. O beneditino, Fr. José da expectação († 1806) compôs um *Systema Theologicum ad mentem S. Anselmi*. Conimbricæ: Acad. Regia, 1705. 458 p. Para um enquadramento ver RODRIGUES, M. A. – *Notas sobre a história da Teologia entre 1750 e 1850*. In *Atas*, vol. 2, p. 185-205. Sobre outros teólogos do séc. XVIII é útil: ROSÁRIO, António do – *Teólogos da Academia Real da História Portuguesa (1720-)*. *Revista Española de Teología*. 44 (1984) 553-577.

³ Cf. LLANES, J. L.; SARANYANA, J. I. – *Historia de la Teología*. Madrid: B. A. C., 1995, p. 230.

⁴ Ver OLIVA, João Luís – *O domínio dos Césares: Ensino de Direito Ecclesiástico na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra (1836-1910)*. Lisboa: Colibri, 1997.

O retrato da situação preexistente à Reforma, desenhado no *Compêndio Histórico* de 1771, é tendencioso na análise global das causas da decadência e atraso da ciência teológica.⁵ A Escolástica peripatética repetida, a subalternização do ensino da Sagrada Escritura, “luz, que ilustra os homens nas trevas do século”, o desprezo pela Tradição como fonte doutrinal, o desinteresse pelo estudo dos Concílios, Santos Padres e da História são os estragos que agora se pretendem reparar para, com o uso da crítica e da razão, se aprender “a profundidade dos mistérios”. Os lugares teológicos alargam-se. São seis de ordem teológica: a Escritura, a Tradição, a Igreja Universal, os Concílios Gerais, a Igreja romana e os Santos Padres; e quatro provenientes da razão: os teólogos, a razão natural, os filósofos e os historiadores.

A mentalidade pedagógica renovada aplicou-se também ao método teológico, sobretudo através de algumas medidas: maior papel do professor em acompanhar o estudo do aluno; uso de compêndios para guiar os alunos, mas a ser completados pela reflexão e pela bibliografia; importância da crítica, da História, das línguas orientais, da Geografia etc.

Com base nesta nova perspectiva pedagógica, os *Estatutos* de 1772, compilados pela Junta de Providência Literária (criada a 23-12-1770), estabelecem uma monumental e precursora remodelação para o estudo das Ciências Religiosas. Os seus autores foram ousados. Apresentam-se geralmente os nomes de João Pereira Ramos de Azeredo Coutinho (1722-1799) como coordenador, com influências de Manuel do Cenáculo,⁶ e o de Dom Francisco de Lemos de Faria Pereira Coutinho (1735-1822), reitor

⁵ *COMPENDIO histórico do estado da Universidade de Coimbra (1771)*. Coimbra: por ordem da Univ., 1972. Reprodução facsimile [6], XV, [2], 348, 124, [3] p.

⁶ Cf. CAEIRO, F. da Gama – *Frei Manuel do Cenáculo: Aspectos da sua atuação filosófica*. Lisboa: Inst. Alta cultura, 1959, p. 137. Na obra de Cenáculo *Cuidados literários*, Lisboa, 1791, traça-se o quadro metodológico da teologia em geral, as suas divisões e disciplinas auxiliares. Será analisado mais adiante relativamente à moral. Ver mais dimensões da vida desta figura em MARCADÉ, J. – *Frei Manuel do Cenáculo Vilas Boas Évêque de Beja, archevêque d'Évora (1770-1814)*. Paris: Centro Cultural Português; Fundação Calouste Gulbenkian, 1978; MACHADO, José Alberto G. – *Um colecionador português do século das luzes: D. Frei Manuel do Cenáculo Vilas-Boas, Arcebispo de Évora*, (= Novos temas da Arte portuguesa, n. 1). Lisboa: Pub. Ciência e Vida L.da, 1987. 113 p., il.; VAZ, Francisco António Lourenço, coord. – *D. Manuel do Cenáculo: Instruções pastorais projetos de bibliotecas e Diário*. Introdução e coordenação editorial de Francisco António Lourenço Vaz. Porto: Porto Editora, 2009; VAZ, Francisco António Lourenço, coord. – *Os livros e as bibliotecas no espírito de D. Frei Manuel do Cenáculo. Repertório de Correspondência. Róis de livros e doações a bibliotecas*. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal, 2009.

(1770-1779; 1799-1821)⁷, que foi um dos três elaboradores do *corpus* estatutário, com supervisão do Marquês de Pombal.⁸

A metodologia é de perfeito rigor, a ordem é logicamente admirável, a atualização está imbuída de longo alcance. Hoje, podemos ter uma visão mais livre para apreciar o rasgo desta reforma traçada no papel. Não parece suficiente um ou outro ponto teológico mais marcado por uma perspectiva regalista para merecer críticas tão arrasadoras como a de Fortunato de Almeida.⁹ Os *Estatutos* tratam da preparação exigida para o curso teológico, do tempo e das disciplinas a ensinar, da ordem e distribuição das cadeiras e do método das lições, dos exames, dos professores e das congregações. Maior exigência na preparação era um dos pontos específicos da Reforma, destinado a colmatar um grave defeito dos estudos anteriores.

O curso teológico durava cinco anos e constava das seguintes matérias: 1.º ano: História eclesiástica, Lugares Teológicos; 2.º ano: Teologia Dogmática, Teologia Dogmática-Simbólica; 3.º ano: Teologia Mística, Teologia Prática ou Moral; 4.º ano: Disciplina Externa da Igreja: Teologia Canónica, Teologia Litúrgica; Direito Público Eclesiástico (Faculdade de Cânones), Instituições de Direito Canónico (Faculdade de Cânones); 5.º ano: Teologia Exegética.

Cada uma das matérias merece indicações de conteúdos e métodos. A perspectiva de futuro, agora exigida, compara-se com as lacunas da lecionação, até então existente.

O ensino da Teologia deve seguir o que se apelida de método demonstrativo, natural ou científico. Primeiramente, são estudadas as disciplinas que preparam as outras. A História Eclesiástica é lecionada, por isso, no primeiro ano. Quando, em 1777, o Reitor, D. Francisco de Lemos Pereira Coutinho, faz o balanço dos primeiros anos da Reforma (*Relação Geral do Estado da Universidade, Coimbra 1777*), salienta mais a força do ideal renovador, do que valoriza a realidade, obstaculizada pela pouca frequência

⁷ Ver: BRAGA, Teófilo – *Dom Francisco de Lemos e a reforma da Universidade de Coimbra*. Lisboa: Academia Real das Ciências, 1894; RODRIGUES, M. A. – *D. Francisco de Lemos e Monsenhor Gaudencio Antonini*. Coimbra: Arq. da Univ., 1983; IDEM – *Biblioteca e bens de D. Francisco de Lemos e da Mitra de Coimbra*. Coimbra: Arq. da Universidade, 1984; IDEM – *D. Francisco de Lemos e o Cabido da Sé de Coimbra*. Coimbra: Arq. da Univ., 1986.

⁸ ANDRADE, A. A. Banha de – *Vernei e a cultura do seu tempo*. Coimbra 1966, pp. 372-375.

⁹ Cf. ALMEIDA, F. – *História da Igreja em Portugal*. vol. 3. Porto; Lisboa: Civilização, 1970, p. 343.

de alunos e pela contínua alteração dos professores.¹⁰ Francisco de Lemos propõe, tendo em vista sobretudo um maior recrutamento entre o clero secular, que se dê esperança a quem se dedicar ao estudo, de vir a ocupar os empregos, lugares e ofícios correspondentes. A exigência do grau de bacharel para certos cargos seria benfazejo não só para a Faculdade mas também para a competência de quem ocupa os ofícios com mais ilustração e sabedoria.¹¹

Até 1835 a Faculdade de Teologia foi lutando pela observância dos *Estatutos*. Apesar da morte de D. José, em 1777, e do afastamento de Pombal, não se alterou a orientação global. Pequenos retoques melhoraram alguns pormenores, sempre dentro de idêntico espírito reformador.

Vamos dedicar atenção somente à teologia moral, embora tenhamos estudo preparado sobre toda a faculdade.

Teologia Moral: conteúdo do programa e método¹²

Os Estatutos de 1772 abordam longamente a Teologia Moral¹³ e colocam-na no terceiro ano. O método proposto é traçado com rigor, evitando, a todo o custo, a queda na mentalidade casuística e escolástica. Existiam traduções disponíveis de compêndios de Antoine Godeau (1605-1672)¹⁴ ou do dominicano Francisco Larraga (1671-1724).¹⁵

¹⁰ Ver *Relação geral do estado da Universidade*. Coimbra: Universidade, 1980.

¹¹ Cf. *ESTATUTOS da Universidade de Coimbra*. vol. 1. Lisboa: Regia Off. Typ., 1772, p. 40.

¹² Para uma recente visão geral da história da teologia moral ver: GERARDI, R. – *Storia della morale. Interpretazioni teologiche dell'esperienza cristiana. Periodo e correnti, autori e opere*. Bologna, EDB, 2003, ristampa 2012; HURTUBISE, P. – *La casuistique dans tous ses états. De Martin Azpilcueta a Alphonse de Liguori*. Ottawa: Novalis, 2005; GUENZI, Pier Davide – *Inter ipsos graviore antipro-babilistas. L'opera di Paolo Rulfi (1731ca-1811) nello specchio delle dispute teológico-morali del secolo XVIII*. Torino: Effatà, 2013, p. 21-119.

¹³ Cf. *Estatutos*, p. 78-107.

¹⁴ *Theologia moral para uso dos parochos e mais sacerdotes*. Lisboa: Na Regia Off. Typografica, 1771-1775. 3 vol.

¹⁵ O livro de LARRAGA, Francisco – *Promptuario de Theologia moral* foi reformado e editado sucessivamente em Lisboa, seja na Off. Francisco Xavier de Andrada, 1723, seja na Officina de Pedro Ferreyra, 1727. Foi traduzido do castelhano em português pelo Padre Manoel da Sylva Moraes e publicado em Coimbra: Off. Antonio Simoens Ferreira, 1735 e 1749, VI, 692 p; com a edição de 2 vol. Lisboa: Off. de Simao Ferreira, 1798, 1801. No século XIX prosseguia a ser editado no Porto, com os comentários de Francisco Santos e Grosin, em 1800 e 2 ed. Porto: na Of. de Antonio

O professor, depois de traçar a história de Teologia Moral, descrevendo a natureza, objeto e finalidade, origem, progressos e fases históricas (Patrística, casuística, reforma dos últimos tempos), dá a conhecer os meios e subsídios de estudo, apresenta as espécies várias da Teologia Prática: moral parenética, paradigmática, dogmática, escolástica e casuística. A Moral Especial está ainda conexa com a Mística, Homilética, Canónica e Litúrgica. A disciplina mais relacionada é a Mística.¹⁶ Preparada a pessoa pela Mística, com melhor conhecimento de si e dos meios para se deixar renovar, convém conhecer o bem. No entanto, apesar da conexão com outras matérias, o professor deve limitar-se à Moral porque o que dilatava muito a matéria eram as ligações às disciplinas afins. O que já está apreendido na Ética não deve ser repetido.¹⁷

Segundo os Estatutos, a Moral evangélica tem três objetivos: 1 – aperfeiçoar os conhecimentos do Homem; mudando e conduzindo a vontade a dispor-se para os “ofícios de cristão”; 2 – ensinar as leis divinas e prescrever os “ofícios do cristão”; 3 – instruir os pastores e ministros da Igreja acerca das regras de prudência cristã.

Para esclarecer a questão das fontes, o legislador dá orientações precisas. As fontes principais são a Escritura e a Tradição. Daqui dimanam todas as verdades de Moral evangélica. Só aqui está o legítimo princípio. Para fazer valer a sua posição, os *Estatutos* afirmam: *esta foi a sciencia que Christo principalmente se propoz ensinar e ensinar no Evangelho*.¹⁸ A razão tem, na Moral, um papel secundário. A fobia à casuística leva a insistir no apreço pelo estudo das fontes e a denunciar o desprezo anterior: *para poder restituir à Moral a sua primitiva pureza e se conhecer o disfarçado e oculto veneno das falsas e erradas máximas que ensinaram nos seus perniciosos escritos os ditos Doutores [...] concluirá que he erro intolerável querer persuadir que só a razão deve ser a primeira Regra para o conhecimento da Moral*.¹⁹

O que se recomenda é o equilíbrio. Nem “exaltar a autoridade” da razão como os casuístas, nem “desprezar inteiramente o uso”. A razão constitui uma das fontes das verdades morais. Aos livros da Escritura e da

Alvarez Ribeiro, 1803, e corrigido por Fr. Inácio de S. Carlos, editado no Porto em 1813. Existe nova edição de Lisboa: Impressão régia de 1817.

¹⁶ Cf. *Estatutos*, pp. 79-80.

¹⁷ Cf. *Estatutos*, p. 81.

¹⁸ *Estatutos*, p. 83.

¹⁹ *Estatutos*, p. 84.

Tradição une-se o da natureza.²⁰ Os ouvintes, admoestados pelo professor, terão o vigilante cuidado por velar para que “a razão ajude, sustente, apoie, estabeleça e demonstre” perpetuamente as verdades da Moral evangélica.

Os preceitos são classificados: naturais, divinos e eclesiásticos. Os naturais vêm dos princípios da razão natural que o Autor da natureza escreveu no coração do ser humano; divinos pelo princípio da Revelação que se contém nas fontes; eclesiásticos pelos cânones, constituições, bulas, censuras. A força e o vigor dos preceitos eclesiásticos dependem de ser ou não aplicação dos divinos. Estes, por sua vez, baseiam-se no Direito natural. Os preceitos eclesiásticos podem antiquar-se no uso e convém alterá-los ao longo dos tempos.

Recomenda-se o “método dogmático”, como mais curto, plano, fácil e seguro, deixando de lado a Moral parenética e paradigmática porque não é apropriada para o ensino. Evitar-se-á o caminho da moral dos escolásticos, principalmente dos modernos, por variadas razões: pelo desprezo que fazem das fontes, pelo abuso da Razão não ilustrada através da Revelação; pela incerteza das regras da Moral evangélica dado o “prurido das disputas perpetuamente sobre tudo, sem se aquiescer já mais a verdade” e o uso excessivo da filosofia arábico-peripatética na doutrina moral fazendo-a “controversa, arbitrária e problemática”; pela confusão e mistura de princípios de razão e de fé; finalmente porque fundada sobre os fracos e mal seguros alicerces da Ética de Aristóteles, base do pirronismo moral.²¹ E os *Estatutos* previnem que mesmo “depois de ser cristianizada” por S. Tomás, e de ser purificada de erros, sempre ficou carnal, muito humana, mais inspiradora de virtudes civis e mundanas do que capaz de lançar nos corações as sementes das verdadeiras virtudes morais.²²

Sempre declaradamente preocupado em afastar o ensino da moral de maus caminhos, continua o legislador a determinar que o professor deixe a estrada da casuística, por ser “notoriamente nociva aos bons estudos da moral”.²³ As razões para tal abandono são: por serem regras avulsas sem conexão e dedução; por afastar os teólogos da meditação das primeiras verdades, princípios e regras; por ocupar os teólogos em “confuso e tenebroso

²⁰ *Estatutos*, p. 85.

²¹ Cf. *Estatutos*, p. 90.

²² Cf. *Estatutos*, p. 91.

²³ *Estatutos*, p. 91.

agregado de opiniões alheias”, sem distinção alguma entre as boas e as más. Ao reduzir os teólogos à servil indagação e ao conhecimento superficial dos casos, afrouxa-lhes o entendimento. E a reforma especifica as atitudes da casuística: quando tem de resolver algum caso emprega toda a diligência em procurar alguma decisão semelhante para se conformar cegamente a ela.²⁴ Só serve para sobrecarregar a memória. Mesmo da boa casuística se deve abster o professor. A única preocupação dos mestres em relação aos alunos está em «cuidar em aprenderem e perceberem bem as regras e princípios; em conhecerem as analogias da Moral e os preceitos da aplicação das regras aos casos e em terem algum uso desta aplicação. Só depois é que se devem servir da boa casuística».²⁵

Tecidas estas considerações, traça-se o programa. Na primeira parte, que deve ser breve, tratará da Ética cristã, nos seus princípios gerais: Sumo bem, verdadeira felicidade eterna, ações humanas, consciência, lei, obrigação, imputação, prémio, penas, virtudes e vícios. Destacará o contributo da Ética cristã ao já aprendido na Ética filosófica.²⁶ A explicação ordenada do Decálogo, definido como “admirável compêndio de toda a Moral cristã”,²⁷ deve seguir método analítico e dar notícia da história dos mandamentos. Poderá acrescentar as declarações e interpretações que a Igreja tem feito e dado para conservar a Moral sempre pura. O objetivo essencial é contribuir para que possam “mais facilmente internar-se nos espíritos e acender nos corações o ardor da perfeição evangélica”.²⁸

Na segunda parte, Ética cristã – parte especial, pretende-se mostrar o verdadeiro meio e caminho da exata e fiel observância das leis divinas e dos ofícios que prescrevem. Pelo “método demonstrativo”, ensina-se o cultivo da virtude cristã.²⁹ Para os pastores e ministros da Igreja dirigirem seguramente os fiéis no confessionário, no púlpito, na explicação do catecismo, no uso e exercício do poder e autoridade das chaves, é fundamental conhecer bem a natureza das virtudes e dos vícios. A prudência cristã e pastoral constitui a última parte da moral evangélica.³⁰

²⁴ Cf. *Estatutos*, p. 92.

²⁵ *Estatutos*, p. 93.

²⁶ Cf. *Estatutos*, p. 94.

²⁷ *Estatutos*, p. 98.

²⁸ *Estatutos*, p. 99.

²⁹ Cf. *Estatutos*, pp. 99-101.

³⁰ Cf. *Estatutos*, pp. 102-103.

Atacar na raiz os princípios da Razão ou não entender a Revelação são dois erros a evitar. Entre os contrários aos princípios da Razão estão: os ateístas, que arrancam os profundos alicerces da Doutrina Moral; os fatalistas, que ao admitir o fado injuriam a Deus e aos homens privando-os de liberdade; os indiferentistas e céticos, porque ou não afirmam que por natureza nada é torpe ou não admitindo certeza fomentam opiniões nocivas. Entre os que não entendem a Revelação incluem-se os pelagianos, os naturalistas, os predestinacionistas, que destroem inteiramente a liberdade do homem e os “entusiastas morais”, que consideram como operação da graça o que é apenas efeito de causas meramente humanas. Achem estes que só a fé justifica, sem dependência alguma das boas obras. Os *Estatutos* consideram esta perspectiva uma abertura franca à dissolução dos costumes, conducente a uma “moral relaxada”.³¹

Na Teologia Moral, o laxismo e o tuciorismo extremo foram deixados no século XVIII, mas há autores de tendência mais ou menos rigorista como o dominicano Daniel Concina (1687-1750) que critica o probabilismo e o rigorismo, ou defensores de continuadas posições probabilistas. Neste ambiente se situa Afonso Maria de Ligório.³² Santo Afonso de Ligório move-se dentro das coordenadas da casuística, em plena continuidade com a anterior metodologia da Teologia Moral. Tentou encontrar uma via moderada para evitar os riscos dos sistemas morais: a sua experiência pastoral, profunda espiritualidade e sentido prático possibilitaram uma superação, sem discutir os pressupostos. Há um convite a situar-se, com realismo e seriedade de consciência, diante do problema da decisão moral. Mostra a conexão entre verdade, liberdade e consciência e torna possível sair dos sistemas. Não tem profundidade especulativa para conseguir mudar o rumo decadente da Teologia barroca.

Entre nós, e praticamente contemporâneo à reforma, publica-se o *Compendio da theologia moral evangelica* (1776)³³ do carmelita descalço e bispo de Penafiel Inácio de São Caetano (1719-1788)³⁴. Trata-se de figura

³¹ *Estatutos*, p. 107.

³² Cf. ILLANES, J. L.; SARANYANA, J. I. – *Historia de la Teología*. Madrid: BAC, 1995, p. 230.

³³ [SÃO CAETANO, Inácio de, O. C. D., bispo de Penafiel] – *Compendio da theologia moral evangelica, para formar dignos ministros do sacramento da penitencia, e espirituales directores*. 6 vol. Lisboa: Na Regia Officina Typografica, 1776. 2 ed. 1784, notavelmente acrescentada; 3 ed. 1797-1802.

³⁴ Nasceu em Chaves. Foi carmelita descalço, primeiro e único bispo de Penafiel (1770-1778) a depois Arcebispo de Lacedemónia (1778). Por escolha do Marquês de Pombal, confessor e conse-

muito próxima de Pombal, quanto depois muito influente junto da rainha D. Maria! Cita elogiosamente o recente teólogo iluminista Concina (vol.1, p. 7) e Pascal (Vol. 1, p. 8). Inicia com uma Dissertação prévia sobre os dez princípios da moral (p. 1-66): Escritura, Tradição, Igreja, Autoridade dos Concílios, Sumos pontífices, Santos Padres, Direito Canónico, História, Filosofia e Razão natural. A perspetiva crítica, dentro do ideário reformador, evidencia-se: “nos fins do século XIV muitos teólogos, desprezando a Escritura e os Padres, se entregaram todos aos raciocínios humanos e publicaram grandíssimos volumes cheios de subtilezas metafísicas, de fundamentos sofisticos e opiniões humanos, os quais certamente não contêm a doutrina de Deus, mas a dos homens” (p. 22). Identifica o que lhe parece central: “A doutrina revelada ilustra, vivifica e dirige a razão, amplifica a defende a autoridade da Escritura Divina. A razão deve ser escrava; e a divina Escritura Senhora”. “Do desprezo da Sagrada Escritura e dos Santos Padres nasce a moral relaxada e a corrupção da disciplina” (p. 23). “A Escritura, os Concílios e os Santos Padres claramente inculcam a obrigação que têm todos de estudar a lei de Deus” (p. 25). Denuncia frontalmente: “Não acharão os confessores na Escritura as questões, as controvérsias e os casos quase de todo inúteis que inventaram os casuístas laxos destes últimos tempos” (p. 26).

Eis o plano que desenvolve Inácio de São Caetano: Tratado primeiro – da Consciência (vol.1, pp. 67-260), sendo da p. 163 à 260 uma crítica ao probabilismo que constitui permanente horizonte crítico do Autor.

lheiro de D. Maria I (1759-1788), e depois seu Ministro assistente ao despacho (1787) e Inquisidor Geral. Faleceu em Queluz a 29-11-1788. Sepultado inicialmente em Carnide é trasladado para a sacristia da basílica da Estrela em 1790. Ver SANTO AMBROSIO, Manuel, fr. – *Epítome da vida do Exc. e rev. Senhor D. Fr. Ignacio de S. Caetano*. Lisboa: Regia Off. Typ. 1791; SILVA, Inocêncio F. da – *Diccionario bibliographico portuguez*, Lisboa: Imprensa Nacional, 1860. Vol. 3, pp. 204-205; CEPEDA, Augusto Abreu Lopes – *D. Frei Inácio de S. Caetano, Bispo de Penafiel*. Penafiel 1993. Escreveu: *Gratidão desempenhada. Oração gratulatória na festa celebrada na Real capella da Bemposta, pelo nascimento do príncipe (D. José) nosso senhor*. Lisboa. Miguel Manescal da Costa, 1762. 48 p.: *Portugal agradecido. Oração etc* 1764. 64 p.; [SÃO CAETANO, Inácio de, O. C. D., bispo de Penafiel] – *Idea de hum perfeito paroco instruido nas suas obrigações e instruindo as suas ovelhas na solida piedade*. 5 vol. Lisboa: Imp Regia, 1772. 2 ed. corr. 1785. A UCP tem dois volumes; [SÃO CAETANO, Inácio de, O. C. D., bispo de Penafiel] – *Dissertação critica, e apologética da authenticidade do primeiro Concilio Bracarense, celebrado em 411, vindicada contra os vãos esforços, que provar a sua supposição fizeram Gaspar Estação, o P. M. Macedo, o D.or Manoel Pereira da Silva Leal e ultimamente um sabio moderno. Author Lusitano Philopatris*. ... Lisboa: Na regia Officina Typografica, 1773. 210 p. O sábio moderno era o P. António Pereira de Figueiredo.

Tratado segundo – Sobre os três primeiros preceitos (pp. 261-582: vol. 2, pp. 1-498). Desenvolve os seguintes temas: fé (271-346): infidelidade (347-383); esperança (384-402); caridade para com Deus (pp. 402-449); caridade com o próximo (pp. 449-505); esmola (pp. 505-554): vícios contrários à caridade (vol. 2), escândalo: pecados escandalosos contra a castidade; virtude da religião, horas canónicas, Ofício divino, da adoração de imagens, dos vícios opostos à religião (superstição, idolatria, adivinhação, tentação de Deus, sacrilégio, blasfémia); voto, juramento; Tratado terceiro – Decálogo – segunda tábua (mandamentos 4-10). Quarto (vol. 2, pp. 499-568); Quinto (Vol. 3, pp. 1-44); Sexto (pp. 44-170); Sétimo e décimo (pp. 170-217); Oitavo (pp. 218-309; Nono e décimo (pp. 310-316).

Tratado quarto – Cinco preceitos da Igreja (vol. 3, pp. 317-573): Santificação dos dias de festa (pp. 317-408); jejum (pp. 409-523): pagar os dízimos e as primícias (pp. 523-545): confissão anual (pp. 546-567), comunhão pascal (pp. 567-573). Tratado quinto – Das leis (lei natural, lei divina, direito eclesiástico, dos tributos, da cessação, irritação e dispensa da lei, privilégios) (vol. 4, pp. 1-84); Tratado sexto – Da justiça e direito (pp. 85-142); Tratado sétimo – Da restituição (pp. 143-326); Tratado oitavo – Dos contratos (pp. 327-601). Transcreve leis reais de 25-06-1766 a 31-01-1775 (pp. 602-662); Tratado nono – Dos sacramentos (vol. 5, pp. 1-559; vol. 6, pp. 1-318 – ordem, simonia (pp. 36-76) e matrimónio – (pp. 77-318), com enorme destaque para a penitência, uma vez que a obra se destinava a ajudar os confessores (vol. 5, pp. 240-551); Tratado décimo – Das censuras (pp. 319-475); Tratado undécimo – Dos pecados (pp. 476-505); Tratado duodécimo – das disposições condenadas (desde 1659 a 1742, pp. 506-571) e da Bula da Cruzada (pp. 571-681).

As doutrinas probabilistas estão na permanente mira de Inácio de São Caetano. Não poupa termos para as classificar de horrendas, pestilentas, perniciosas. Considera que o probabilismo nasceu em 1577.³⁵ Teve uma primeira época até 1620, no qual defende que se pode seguir entre duas opiniões contrárias de desigual probabilidade a menos provável, desprezando a mais provável. Uma segunda época, com sede na Espanha, vai de 1620 a 1656, “estende o seu império que só dominava nas escolas. Neste

³⁵ *Compendio*, vol. 1, pp. 163-249. Clássica é a obra de CONCINA, Manuel, OP – *Historia del probabilismo y rigorismo*. 2 vol. Madrid: Off. Viuda de Manuel Fernandez, 1772.

tenebroso tempo, quase não havia livro vindo à luz no qual não se defendesse o probabilismo”. Em 1642 principiaram alguns teólogos, “inflamados do zelo da casa do Senhor, que o probabilismo arruinava, a perturbar a paz probabilista”. Cita André Branco (Candido Philaeto), Esclapecio (*Relatio ad fideles*, que elabora catálogo das proposições laxas de probabilismo), Juan de Palafox (carta a Inocência X), o italiano Antonio Merenda (1578-1658); Jean Baptiste Gonet (1616-1681) – *Dissertatio* contra o probabilismo. Uma terceira época vai de 1656 a 1690 e assinala muitos estragos, tais como a Assembleia do Clero Galicano que aprova proposições probabilistas e Pascal que lhe dá golpe mortal, com as *Epístolas ao Provincial*.

Inácio de São Caetano refere, em vários temas, as doutrinas laxas. Os mais visados são: Herman Busembaum, S.J. (1600-1668)³⁶, Fernando Castro Palao, S.J. (1581-1633), Juan Caramuel y Lobkowitz, cisterciense (1606-1682), Vicente Candido, OP (†1654), Francisco Amico, SJ (†1651), Juan Azor, S.J. (1536-1603), Claudio Lacroix, S.J. (1652-1714), Antonino Diana, teatino (1585-1663), Antonio de Escobar y Mendonza, S.J. (1589-1669), Vincenzo Filliucci, SJ (1556-1622), George Gobat, S.J. (1600-1679), Sebastiano Giribaldi, clérigo regular de S. Paulo (1643-1720), Gaspar Hurtado, S.J. (1575-1646), Paul Layman, S.J. (1576-1625), Leandre du Saint Sacrement, trinitário francês (†1667), Lenaert Leys, (Leonardo Lessio) S.J., holandês (1554-1623), Juan de Lugo, cardeal, S.J. (1583-1660), Luis Molina S.J. (1555-1600), Mauro Silvestre, S.J. (1619-1672), Zaccaria Pasqualigo, teatino (1600-1664), Juan Sanchez (†1624), Thomaz Sanchez, S.J. (1550-1610)³⁷, Patrick Sporer, alemão OFM (1610ca-1683), Tommaso Tamburini, SJ (1591-1675), Martin de Torrecilla, OFM Cap.³⁸, Juan Gil Trullench Amella (1580-1645), Domenico Viva, S.J. (1648-1726), Gabriel Vasquez, S.J. (1551-1604), Franz Xaver Zech, S.J. alemão (1692-1772), Estêvão Fagundes (1577-1645),

³⁶ Teve obras publicadas em Lisboa como a influente *Medulla theologiae moralis*. 1670; Évora 1687.

³⁷ O seu *Compendium totius tractatus de sancto matrimonii sacramento* foi publicado em Lisboa em 1622.

³⁸ Publicou em Lisboa: A. Craesbeeck de Mello, 1681: *Alegacion de derecho sobre la devolution de certa elecciones nullas*.

Manuel de Sá, S.J. (1530-1596)³⁹, Fr. João da Assunção, Fr. Manuel da Conceição (continuador de Leandro), António do Espírito Santo OCD (1618-1674?), entre outros.

Contributos mais tardios ficam a dever-se ao beneditino Francisco da Natividade⁴⁰ e a Fr. Manuel do Cenáculo. Como franciscano erudito, Cenáculo mostra-se consciente do uso frequente da moral na vida pastoral. Na obra *Cuidados literários*, de 1791, desenvolve um plano de estudos de toda a teologia, reservando largas páginas à teologia moral.⁴¹ Aquele que tinha sido conselheiro no desenho da reforma pombalina da universidade traça agora a sua visão pessoal. Começa por fazer apelo aos antigos mestres da Hispania: Concílios e Padres, em quem buscar “asilio, instrução e o espírito da verdade moral” (p. 439). Refere Álvaro Pais, Afonso Sábio e D. Dinis, S. Vicente Ferrer e Fr. Vicente de Lisboa, Santo Angelo de Clavasio (†1495), Gomes de Lisboa (†1513) e sua *Suma Moral*. Entre os escritos nacionais e os estampados fora do país cita: *Vida de Cristo* de Ludolfo de Saxónia traduzida em português; *De Justitia Commutativa* de João Sobrinho, O.C. (†1486)⁴²; *Imitação de Cristo* de Tomás de Kempis, editada em Leiria; Gerson, Bernardino de Sena, Tauler, que antecedem os protestantes no espírito reformador. Recomenda ao professor que apresente de modo preciso e limpo, sem confusão e reduzindo as matérias a um sistema ordenado (p. 436). Entre as fontes da teologia moral tenha-se como base inalterável a sagrada Escritura. “Formar o coração” é um dos fins desta parte da teologia, que defende não se entregue a uma mera lógica e a argúcias sobre autoridades. E declara: “os livros ordinarios da faculdade moral têm secura porque não é facil unir os dois metodos mistico afetivo e o moral da escola” (p. 438). O Mestre deve explicar as leis da consciência, preceitos, pecados, virtudes e sacramentos acompanhando “a lição com motivos de a fazer

³⁹ Ver GUENZI, P. D. – Emmanuelle Sá (1529-1596) e gli *Aphorismi Confessariorum*: un episodio di storia della teologia morale in età moderna. *Archivio teologico torinese*. 8 (2002) 144-182; 448-491.

⁴⁰ NATIVIDADE, Francisco da, O.S.B. – *Sciencia de costumes ou filosofia moral dirigida pela luz da razão, pela Escritura e tradição da Igreja: Ethica christã regulada pela doutrina de J. C. para a lição da mocidade portugueza, e dos que não tem maiores estudos*. Lisboa: Typ. Rollandiana, 1788. XVI, 202, VI p.

⁴¹ CENACULO, Manuel do, fr. – *Cuidados literários*. Lisboa: Na Officina de S. T. Ferreira, 1791, pp. 433-473.

⁴² Sobre este autor e obra ver: AMZALAK, Moses Bensabat – *Frei João Sobrinho e as doutrinas económicas da Idade Média*. Lisboa 1945. Contém o texto latino da obra *De Justitia commutativa*.

eficaz” (p. 439). E não deixa de observar: “tanta dúvida entre Probabilismo e menos probabilismo deverá cessar acabadamente” (p. 439). Critica o sistema casuístico, que torna a moral desagradável. Importa “desterrar prolixidades enfadonhas”. O moralista que deve orientar outras pessoas “*buscará instrução para todos os casos do seu ministerio não em o espírito de controversias de apurar casos e alambicar hypotheses combinando-as com subtilezas teimosas; não em buscar patrocínio externo de Moralista sem melhor razão e autoridade de valer; não em abstrações mentaes para obras, que tem regras necessarias, mas sim no Evangelho, na Igreja, nos seus Doutores, nos quais o Espirito da Palavra de Deos tem deixado instrução*” (pp. 441-442). Previne o bispo Cenáculo das interpretações protestantes relativamente aos Padres. Cita Blondel, comendador de Samuel Pufendorf (1632-1694), Jean Barbeyrac (1674-1744), autor do *Traité de la morale des Pères de l’Eglise*, publicado em 1728. Alonga-se o Bispo de Beja numa defesa cerrada dos Padres da Igreja como mestres egrégios (pp. 444-447). Cita as obras de Pierre-Joseph Tricalet (1696-1761), em tradução latina recente em Basano⁴³; Liberato Fassoni (1721-1775), Appiano Buonafede (1713-1793) – *Della Istoria e della indole di ogni filosofia*.

Aconselha um compêndio ligeiro, claro, fácil, metódico em perguntas e respostas, a *Summa* de Larraga,⁴⁴ os livros magistrais de Ferdinando de Castro Palao (1581-1633) e Martino Bonacina (ca1585-1631), livres de erudições, concretos (p. 449). Embora critique os casuístas e escolásticos, louva os que na escolástica se diferenciam por saberem unir justiça e misericórdia, S. Boaventura, S. Tomás, Duns Escoto (p. 452), Ricardo de São Vitor (p. 453). O problema do método escolástico é afastar-se da origem da moralidade, das escrituras e se fixar em “raciocínios livres e na exterioridade das ações” (pp. 453-454), em “palavras triviais da probabilidade humana” (p. 456). Afirma claramente que “o probabilismo não teme sacrificar a falsidades o Senhor em cuja presença se não de ocultar os pecadores na poeira e rochedos (Is. 2, 10)” (p. 456). Denuncia a filosofia de Rousseau que descobre valores no Evangelho mas emenda-o segundo os seus caprichos (pp. 458-459). A melhor forma para desmentir estas vias erradas são as virtudes; “a teologia que compete aos povos: desafrentar

⁴³ Refere-se a *Bibliotheca Manualis Ecclesiae Patrum*.

⁴⁴ Ver nota 16.

Nosso Senhor pela conformidade a suas Máximas” (p. 459). Apenas quem se mantém fiel na escola de Cristo não deixa reduzir a doutrina moral a probabilidades filosóficas, dúvidas académicas, sentenças estoicas, segundo os génios, caracteres, educações e paixões; daí nascem as afoitezas de uns, os medrosos conselhos de outros, e a incerteza a que se tem levado o mundo moral” (p. 463).

Manuel do Cenáculo considera que para expor as razões da moralidade se deva usar uma linguagem adequada, com palavras que saiam de “um recheio de sobrenaturalidade” (p. 465), sendo necessário passar da moralidade filosófica à evangélica. Secundário é o método e essencial a substância da teologia moral (p. 466). Os compêndios serão secos e defeituosos, reduzidos a agudezas de frase e opiniões “sem o bálsamo e unção das Escrituras” (p. 467).⁴⁵

A Teologia Moral, no século XIX, tem como elemento significativo a difusão da moral de St.º Afonso Maria de Ligório (1696-1787).⁴⁶ Os manuais, escritos em latim, serão lógica exposição do Decálogo. Na segunda metade do século XVIII, adverte-se, na Alemanha, uma certa mudança no campo da Teologia Moral. O ensino exigia que se tivesse por base a Escritura, as ciências humanas e a filosofia (sobretudo a de Kant). Será, sobretudo, na primeira metade do século XIX, que se desenvolverá na Alemanha uma Teologia Moral, à volta de grandes princípios, com impulso determinante da Escola de Tubinga.⁴⁷ O autor mais em destaque é Johann Michael Sailer (1751-1832). Pretende-se reunir no seu *Handbuch der christlichen Moral* – a Moral e a Ascese, tendo como centro dinâmico a caridade. É esta a maior

⁴⁵ Sem pretender recorrer a muitas eruditas remissões refere e aconselha: Louis de Thomasin (1619-1695), oratoriano francês e bispo, nos seus tratados do jejum, esmola, ofícios divinos; Adrien Baillet (1649-1706) no tomo das festas; vidas dos santos do beneditino Edmond Martène (1674-1739). Lança o bispo de Beja uma bela oração a implorar manter-se na santa doutrina. Se os “sumistas ordinários de Moral não cavam nestas profundezas”, passam logo aos casos e propostas e falta-lhes a luz do Evangelho. Importa seguir compêndios louváveis que contenham “um ensino para formar cristãos amigos de Deus” (p. 473).

⁴⁶ Entre estes, tem sucesso em Portugal a *Theologia moral universal* do jurista e teólogo que foi vigário geral de Novara, Pietro Scavini (1790-1869) publicada em Viseu: Almeida e Salvador Imp., 1879-1882. Mais tarde, em Coimbra. *Theologia moral segundo o pensamento e orientação de Santo Afonso Maria Ligório*. Versão portuguesa de Augusto Joaquim Alves dos Santos. Imprensa da Universidade, 1903-1907. 3 vol. Ver sobre o autor: MARINI, Claudio – Il teologo Pietro Scavini (1790-1869), *Verbanus*. 11 (1990) 323-348.

⁴⁷ Ver DIEBOLT, Joseph – *La théologie morale catholique en Allemagne au temps du philosophisme et de la restauration (1750-1850)*. Strasbourg: Roux, 1926.

originalidade da sua exposição geral de vida cristã. A Moral que traça é já de conversão, como resposta do ser humano à graça de Deus. É neste itinerário que se integram organicamente os mandamentos, os deveres, os pecados e as virtudes, os sacramentos. Faltava-lhe carácter mais prático. Ao elaborar sínteses, esta escola considerava a pessoa no seu todo e crescia a partir de uma ideia central, de grandes princípios. Para Johann Baptist Hirscher (1788-1865) este centro era o Reino de Deus na história e no ser humano, não só com a fé, mas também com o comportamento. Magnus Jocham (1808-1893) vê no corpo místico de Cristo a norma eficaz da vida cristã.

Na reforma pombalina de 1772, a Teologia Moral situava-se no 3.º ano, com o nome de Teologia Prática ou Moral, como já referimos. Na alteração de 1773 passou para o 4.º ano, com o nome de 1.ª Prática (a 2.ª era a Teologia Pastoral). Na reforma de 1836 pertencia ao 2.º ano do novo plano de estudos com o nome de Teologia Moral, nome que haveria de manter nas sucessivas reformas. Passaria para o 3.º ano em 1844, onde se manteve em 1899.

Professores e compêndios de teologia moral

O primeiro Lente de Teologia Moral (1773-1779) foi José da Trindade (1709-1795), da Ordem dos Eremitas Descalços de Santo Agostinho, que se jubilou em 1779. No campo teológico deixou apenas uma *oração panegírica* (1736). Existia em português o compêndio de Inácio de São Caetano, já referido. Os bispos sentiam a necessidade da formação moral do clero e auguravam a existência de bons livros, como faz o bispo de Angra numa carta pastoral de 1783.⁴⁸

Sucede a José da Trindade o beneditino Fr. António de São José, de 1779 até 1793. Foi encarregado de elaborar um compêndio de Teologia Moral, em 1786. O Compêndio até aí seguido era o de Martin Gerbert

⁴⁸ SILVA, José de Ave Maria Leite Costa e – *Pastoral rogando a todos os párocos que dêem em suas casas palestras de moral aos eclesiásticos da Diocese conferindo com eles as materias importantes no Tribunal da penitencia, instruindo-os por livros de Theologia moral evangelica*. Lisboa: na Regia Officina Typ., 1783. 7 p.

(1720-1793).⁴⁹ A obra de António de São José, já pronta, foi analisada na Congregação de 15 de maio de 1790. Foi, então, obrigado a revê-la.⁵⁰ Para os censores continha: “defeitos de doutrina, de método e de locução”, o que não é para admirar em alguém formado anteriormente, porque doutorado em 1749. Na doutrina, deve corrigir-se quando afirma que a lei civil no estado monárquico não precisa de aceitação do povo e prova-o com o fundamento no poder do príncipe para legislar sem consentimento do Povo. Falando dos dois poderes (eclesiástico e civil) afirma que o Eclesiástico vem de Deus e o Civil do Povo. É considerado contra os *Estatutos*.⁵¹ Quando fala da doutrina do pecado em dia Santo é pouco seguro. No sexto mandamento deve riscar alguns parágrafos e limitar-se às regras e princípios simples. Outras “miudezas” devem ser excluídas.⁵² O método do compêndio é escolástico e os alunos já não conhecem os termos. Devem evitar-se repetições e questões inúteis. A locução é “geralmente pouco culta e tem um ressaibo de escolaticismo.”⁵³ Uma vez revisto o trabalho, não se conhece publicado.

O professor seguinte é o dominicano Fr. Diogo do Rosário, que lecionou de 1794 a 1800 e passou para a Teologia Dogmática (2.^a). O Lente Francisco Xavier da Silva Neto (1758-1821) é professor entre 1806 e 1815, até se jubilar. Mais efémera (1814-1815) foi a passagem de Francisco Alexandre Lobo (1763-1844), que prefere os estudos bíblicos, e do dominicano Fr. Jacinto Basto, lente de 1816 a 1818.⁵⁴ O carmelita descalço, Fr. Francisco António das Neves Portugal (1759-1824), só momentaneamente (1820-1821) lecionou Teologia Moral. Teria feito carreira (1822-1829) o

⁴⁹ Cf. VILANOVA, Evangelista – *Historia de la Teología cristiana*. Vol. 2. Barcelona: Herder, 1989, p. 276. Gerbert é renovador dos estudos teológicos. Escreveu o *Principia Theologiae*, em 8 volumes, publicados em Augsburg, Friburg, S. Blasien, 1757-1759. A Universidade de Coimbra encarregou-se da edição desta obra. Na Congregação de 8 de abril de 1791 nova edição da Tipografia da Universidade foi taxada em 400 000 réis cada um dos oito volumes.

⁵⁰ Cf. *Atas das Congregações da Faculdade de Teologia (1772-1820)*. Coimbra: Coimbra Editora, 1982, vol. 1, pp. 146-156.

⁵¹ Liv. 2, Tit 4, Cap. 4, § 11.

⁵² *Atas*, vol. 1, p. 148.

⁵³ *Atas*, vol. 1, p. 150.

⁵⁴ Conhecem-se de Jacinto Basto: *De primata Petri ejusque successorum positiones theologicae* (Coimbra, 1793). *Theses praestantem Ecclesiae Catholicae*. Coimbra, 1797. Fora do âmbito da Faculdade alguma reflexão é produzida nestes anos: SÃO CARLOS, Inácio de, Fr., OFM – *Discurso Moral e Político sobre os contrabandos...* Porto: Typ. que foi de Antonio Alvarez Ribeiro, 1814. 214 p.

notável orador Manuel Tomás dos Santos Viegas (1783-1848), mas passou para Hebraico (1829-1848) e para Exegese do A. T. (1839-1843).⁵⁵

Na mesma linha, de rápida presença na cátedra, prosseguem: o cisterciense Fr. Francisco de São Paulo, que faleceu no ano em que chegou a Lente (1825); José Pinto Monteiro de Figueiredo (1826), cónego de várias Sés, demitido em 1834 por razões políticas; Fr. António Borges, da Ordem dos Eremitas Calçados de Santo Agostinho, demitido por razões políticas; João Tomás de Sousa Lobo (1834-1836), dos Cónegos Regulares de S. João Evangelista que se vai dedicar à Exegese; o beneditino secularizado Joaquim Pereira Ferraz (1837-1842) que se fixará na Teologia Litúrgica até ser Bispo de Bragança e Miranda⁵⁶ e Fr. Luís Correia da Silva (1839-1840), da Ordem dos Eremitas Calçados de Santo Agostinho, que prefere os estudos exegéticos.

A Teologia Moral vai conseguir, finalmente, mais estabilidade (1846-1860) com o beneditino José Ernesto Carvalho e Rego (1799-1876)⁵⁷. Iniciou logo depois de Doutorado em 1828. Entra como Lente para Teologia Moral até se jubilar em 1860. Foi mesmo Diretor da Faculdade, em 1857, e Vice-Reitor em vários mandatos: 1854-1859; 1862-1863; 1864-1869.

Em Congregação de 21 de janeiro de 1846 é aprovado unanimemente o compêndio de Anton Luby (1749-1802)⁵⁸, proposto por Carvalho e Rego. Preocuparam-se por encontrar um melhor.⁵⁹ De facto, Luby representava alguma vantagem, mas carregava bastantes deficiências. É considerado o expoente do chamado “método matemático” na Teologia Moral. Nele ressoa o movimento jansenista de cunho holandês, movimento com matrizes galicanas e de jusnaturalismo ilustrado. Defensor da filosofia de Wolff, perdeu influência quando esta foi substituída pela de Kant. São

⁵⁵ Abandonou a docência por ideias legitimistas. Foi Cónego da Sé do Porto em 1821.

⁵⁶ Ver CASTRO, José de – *Bragança e Miranda (bispado)*. Vol. 3. Porto: Typ. Porto médico, 1948, pp. 327-338. Publicou sete pastorais como Bispo de Bragança e Miranda.

⁵⁷ Escreveu: *Oração fúnebre D. Maria II*. Coimbra, 1854; *O Conimbricense*. 2958 (30 de novembro de 1875).

⁵⁸ Há edição na BNP: LUBY, Antonio – *Theologiae moralis in systema redactae*. Graecii: apud J. G. Weingand et Fr. Ferstl., 1784. Trata-se da segunda edição. Ver: WOLKINGER, Alois – *Moraltheologie und Josephinische Aufklärung: Anton Luby (1749-1802) und sein Verhältnis zum Naturrecht, zur mathematischen Methode und zum ethischen Rigorismus (Jansenismus)*. Graz, 1985.

⁵⁹ VEIGA, Manuel Eduardo da Mota – *Esboço Histórico-literário da Faculdade de Theologia da Universidade de Coimbra*. Coimbra: Impr. Universidade, 1872, p. 278.

características deste autor a desafeição do método escolástico, o regresso às fontes, o interesse por colocar a filosofia moderna ao serviço da Teologia. Ultrapassava a moral como ciência dos confessores.⁶⁰ Assim se compreende que, em Congregação de 1 de agosto de 1857, apareça a proposta para substituir o compêndio de Luby pelo de Maurus von Schenkl (1767-1816), por estar mais harmonizado com o desenvolvimento das outras ciências e de acordo com a nova cadeira de Teologia Pastoral. A Comissão nomeada para dar parecer, constituída por António José de Freitas Honorato, José da Encarnação Coelho e João Crisóstomo de Amorim Pessoa, dá conta do trabalho em 15 de dezembro de 1857. O douto parecer considerava que embora não fosse perfeito, o trabalho de Schenkl era preferível ao de Luby e por isso devia adotar-se.⁶¹ Em 1859 foi realizada uma edição em Coimbra.⁶²

Após esta regência, surge na cadeira (1860-1872) o polemista Cons-tâncio Floriano de Faria (1807-1872), doutorado em 1850. Tinha iniciado a lecionação em 1853, acabou por se fixar em Teologia Moral de 1860 até à morte. Tenta introduzir melhoramentos na sua cadeira. O relatório da Comissão de Reforma dá, a 26 de novembro de 1866, um parecer favorável à criação de uma outra matéria capaz de aplicar as leis e princípios à prática dos deveres pastorais.⁶³ A nova cadeira denominar-se-ia *Continuação da Moral Cristã e Teologia Pastoral*. O programa, proposto em 1861, era o seguinte: A. Parte Geral da Moral Cristã: 1) noções preliminares, 2) Natureza moral do homem em geral, 3) Praxeologia Moral, 4) Aretologia geral. B. Ética Cristã aplicada: 1) ofícios do homem cristão a respeito de Deus, 2) ofícios do homem cristão a respeito de si mesmo, 3) ofícios, tanto absolutos como hipotéticos, a respeito do próximo, 4) contratos em geral, e em especial, 5) sociedade conjugal e paterna.⁶⁴

⁶⁰ Para mais detalhe: cf. VILANOVA, Evangelista – *Historia de la Teología cristiana*. Vol. 2. Barcelona: Herder, 1989, pp. 281-284.

⁶¹ Cf. VEIGA – *Esboço*, pp. 280-281.

⁶² Ver SCHENKL, M. de – *Ethica Christiana*. Conimbricæ, 1859. Entretanto é publicada, em Coimbra, em 1849, a obra de Jacob de Castro Mendes de Carvalho (1808-1868) intitulada: *Curso de Theologia moral para servir de comentario ao compendio da mesma sciencia de Salvador Maria Roseli, adotado no seminário de Coimbra*. Trata-se do tomista dominicano Salvatore Maria Roselli (+1784).

⁶³ Cf. VEIGA – *Esboço*, pp. 361-362.

⁶⁴ Cf. *Ibid.*, pp. 347-348.

A Constâncio Faria segue-se Francisco dos Santos Donato (1833-1881), doutorado em 1855, que desde 1872 até à morte (1881) lecionou Teologia Moral.⁶⁵

Fecunda e longa vai ser a docência de Joaquim Alves da Hora (1853-1917).⁶⁶ Doutor em 1879, logo inicia a docência. Em 1881 já era Lente de Moral e aí se manterá até 1903. Entre 1901 e 1911 ensina Ética cristã geral. Alves da Hora, no Programa, apresentado em 1902, usa o seguinte esquema: 1. Psicologia; 2. Praxeologia moral (atos humanos, lei, aplicação da lei, moralidade em geral); 3. Aretologia geral (hábitos bons, hábitos maus, carácter moral).⁶⁷

A grande intervenção do sisudo e ascético Joaquim Alves da Hora situa-se no combate ao Positivismo. Para a sua dissertação inaugural escolhe o tema *Critica hodierni positivismi analysis*. As teses de Alves da Hora condenam, na ordem teológica, os princípios assumidos pelo grupo de Teófilo Braga.⁶⁸ Mas também discorda na ordem filosófica, científica ou política. Evita, dentro do ambiente dos teólogos da Universidade, quer o modernismo quer o tradicionalismo.⁶⁹ Alves da Hora começa por descrever as origens do positivismo em França com Comte, Littré e na Inglaterra com Bacon, Burtham, David Hume, Hobbes e Stuart Mill. As causas que aponta para a corrente positivista são sete: o espírito positivo do século, a ciência experimental, o sensualismo do século XVIII, o dogmatismo (Dugald, Stewart, Thomas Reid), o ceticismo de Kant, o idealismo germânico e a reforma luterana. O método positivista estabelece uma hierarquia das ciências. Alves da Hora considera-o incompleto e erróneo, porque despreza a metafísica e o valor querigmático da fé. A demonstração central é a

⁶⁵ Publicou: *Dissertatio inauguralis. De Magisterii authentici a Christo Domino in ecclesia instituti infalibilitate*. (Mt. 28, 16-20). Conimbricæ: Acad., 1855; *Oração fúnebre [...] D. Pedro V. Coimbra, 1862. Sermão na festa de ação de graças pelo nascimento ... Dom Carlos*. Coimbra: Impr. da Universidade, 1863. Foi Cónego da Sé de Coimbra. Pronunciou a oração de sapiência em 1859.

⁶⁶ *Theses ex universa theologia decerptæ... pro laurea doctorali obtinenda*. Coimbra: typis Academicis, 18979. 20 p.; *Critica hodierni positivismi analysis*. Coimbra: Typis Academicis, 1879. 112 p.

⁶⁷ Cf. *FACULDADE de Teologia: Programmas*. Coimbra: Impr. da Universidade, 1902, pp. 29-32.

⁶⁸ No ano de 1878, no Porto, saía o primeiro volume da revista *O Positivismo*, dirigida por Teófilo Braga que em 1879 publicaria as *Soluções positivas da política portuguesa*.

⁶⁹ Cf. GOMES, J. Pinharanda – Joaquim Alves da Hora ou a crítica teológica do positivismo. *Bol. Bib. Púb. Mun. Matosinhos*. 24 (1980) 85-99; SANTOS, Alves dos – Alves da Hora. *Rev. Univ. Coimbra*. 6 (1917) 260-262.

ignorância positivista do absoluto. É essa dimensão que vai ocupar a sua crítica, na segunda parte do estudo. Analisa a metodologia científica de Comte e conclui no seu empirismo. Considera a teoria de Littré como racionalista. A conclusão é clara: o positivismo não é caminho para a ciência, pela deficiente lógica.

Luís Maria Silva Ramos considerou a obra de Alves da Hora o primeiro contributo sistemático para a refutação do positivismo.⁷⁰ Teólogo liberal “quanto ao formulário do pensamento ideológico e, quanto aos modos específicos, Alves da Hora foi um realista em filosofia, e um eticista em Teologia”. Valorizava a Lei revelada acima de tudo e, por conseguinte, concedia suma importância à Lei positiva, emanada da vivência comunitária.

Para se candidatar a professor, Alves da Hora escreveu uma dissertação sobre o protestantismo⁷¹ que Pinharanda Gomes diz nunca ter visto. Percebia as imprecisões ontológicas e as lacunas de ética do realismo literário.⁷² Essa onda, vinda de França, prejudicava e influenciava a Filosofia e a Teologia, mas de nenhum lente saiu obra assinalável referente à matéria.

Outros fecundos professores passaram, momentaneamente, pela lecionação de Teologia Moral, na fase de divisão entre Ética Cristã Geral e Ética Cristã Especial, como: Luís Maria da Silva Ramos (1882-1884); Bernardo Augusto Madureira (1886-1887; 1901-1902), que também assumiu Ética Cristã Social (1909-1910). António Garcia Ribeiro Vasconcelos (1860-1941) lecionaria Ética Cristã especial, de 1903 a 1905, e Francisco Martins (1848-1916) tomaria esta matéria no último ano da Faculdade, 1910-1911. Esta cadeira é também atribuída a Luís Maria da Silva Ramos entre 1902 e 1908.⁷³ Vasconcelos apresenta, em 1902, um Programa com a seguinte distribuição: 1. Deveres religiosos (virtude de religião); 2. Deveres morais comuns (deveres relativos à vida espiritual, deveres relativos

⁷⁰ Na sua *Civilização Católica*. 1 (1878) 256-278.

⁷¹ *O Protestantismo considerado em seus fundamentos*. Porto: Impr. Com., 1879. A data coincide com a polémica com o cardeal D. Américo: COELHO, Manuel Filipe – *Refutação das principais objeções d'alguns protestantes contra a instrução pastoral*. Porto; Braga: Livr. Internacional, 1879.

⁷² Colaborou na revista *Instituições Cristãs* com o artigo O Realismo na Literatura. 9-10 (1883) 243-246; 267-270.

⁷³ RODRIGUES, Manuel Augusto dir. – *Memoria professorum universitatis Coimbragensis 1772-1937*. Vol. 2. Coimbra: Arquivo da Universidade de Coimbra, 1992.

à integridade e saúde do corpo); 3. Deveres morais particulares de cada estado de vida social (vida doméstica, vida civil e política, eclesiásticos).⁷⁴

No final do século XIX vários compêndios surgem para responder ao Mercado clerical.⁷⁵ Manuel do Monte Rodrigues de Araújo (1798-1863), político, parlamentar e professor de teologia em Olinda, capelão-mor do Imperador do Brasil, é nomeado em 1840 bispo do Rio de Janeiro. O seu *Compendio de theologia moral* é sucessivamente publicado. A primeira edição em Portugal data do Porto (Typ. Commercial) de 1853 e tem a aprovação do Bispo do Porto e prefácio do autor, datado de 1844. A edição transcreve as palavras elogiosas da revista *The Dublin Review*, 16-05-1840. A segunda edição de 1858 tem já a mão do Cón. António Roberto Jorge (+1883) (Typ. da Revista). A terceira e quarta edição mostram a mesma data de 1863 (Typ. de M. J. Pereira) e manifestam-se melhoradas e reformadas pelo referido professor do Liceu Nacional do Porto e do Seminário Diocesano.⁷⁶ A obra em dois volumes desenvolve o esquema seguinte: Noção, divisão e moralidade dos atos humanos. Cinco tratados: 1. Dos preceitos do decálogo; 2. Dos mandamentos da igreja; 3. Dos sacramentos em geral; 4. Dos sacramentos em particular; 5. Das censuras. Como apêndice apresenta estudo sobre o estado religioso.

Também do Brasil vem outro *Compendio de theologia moral*, elaborado sobre o plano de Gury. É obra de Marcolino Pacheco do Amaral, reitor do Seminário de Olinda (1886) cónego penitenciário da catedral. Louva o compêndio do Bispo do Rio de Janeiro.⁷⁷

São frequentes as traduções, com o crescimento dos alunos nos Seminários diocesanos. Na coleção da biblioteca do clero ilustrado surge a tradução de Francisco Luís de Seabra da obra de Chaffrey Martin (1813-1872) – *Theologia moral em quadros ou estudo ordenado e methodico de*

⁷⁴ Cf. para mais detalhe: *Faculdade de Teologia: Programmas*, pp. 32-35.

⁷⁵ Assinala-se uma obra com diversas edições: MADRE DE DEUS, Manoel da – *Praticas mandamentaes ou reflexões moraes sobre os mandamentos da lei de Deus e sôbre os assuntos que lhes são oppostos*. Braga. 1864. 413,36 p. Existe 3 ed. Braga: Casa de Cruz Coutinho, 1871. 815 p.

⁷⁶ Ver BRANDÃO, Domingos de Pinho – *Camilo Castelo Branco e o Seminário Maior do Porto*. Porto 1958. António Roberto Jorge foi professor de Teologia de Camilo Castelo Branco, antes da existência do atual Seminário.

⁷⁷ A primeira edição, em três volumes, data de Leça da Palmeira; Livr. Fraga Lames, 1888. Socorre-se de autores como Afonso Maria de Ligório, Scavini (Viseu 1879), Thomas Gousset, Apolonio Holzman OFM, Hermann Busenbaum, August Lehmkuhl SJ (1834-1918), Thomas Chalmers (1780-1847), Craison (1885), Andrea Carlo Ferrari (1877).

*todas as questões e doutrinas theologico-moraes.*⁷⁸ Do jesuíta Jean Pierre Gury (1801-1866) é publicado em Viseu o *Compendio de theologia moral*,⁷⁹ revisado pelo autor e enriquecido com notas de Antonio Ballerini, professor do Colégio romano e com tradução pelo padre Joaquim Pais de Sobral, Vice-reitor e professor do Seminário de Viseu, a partir de uma edição latina já com as respostas às *Vindicias affonsinas* e com as leis portuguesas e brasileiras, casos reservados.

A Faculdade de Teologia, em 1910, viu encerradas as suas portas pelo cancelamento das matrículas. Conforme narra uma ata da Sessão de 11 de novembro de 1907, o Professor Mendes dos Remédios já tinha posto a questão da existência da Faculdade. E outros Professores apontaram os fatores da ruína: o esquecimento das disposições legais que favoreçam os graduados em Teologia; o descuido do episcopado em relação à Faculdade, seguindo a tendência de favorecer a frequência dos Seminários e preferindo enviar para as escolas pontifícias de Roma os melhores alunos. Não é por “ausência de valor científico do ensino” da Teologia em Coimbra. Por isso, apelam ao governo que, ou seja eficaz nas medidas ou transforme a Faculdade de Teologia em Faculdade de Letras, porque os doze Professores sentem-se ainda capazes para “dar novo rumo ao seu labor mental”.⁸⁰ Esta vontade ganha força e torna-se aspiração clara, conforme Ata da Congregação da Faculdade, de 17 de fevereiro de 1910.⁸¹

De facto, a promoção de uma mais cuidada formação do clero em Roma está bem demonstrada pela fundação do Colégio Português,

⁷⁸ Porto; Braga: Livr. Internacional, 1877-1878. 2 vol. (*Théologie morale en tableaux d'après les théologiens...* Paris 1857).

⁷⁹ *Compendio da theologia moral*. Notas de Antonio Ballerini. Trad. Joaquim Pais de Sobral. Vizeu: Editor J. M. de Almeida e Imp. Revista Catholica, 1884-1895. 4 volumes. A obra teria outras edições como a de 1900. A primeira edição do *Compendium Theologiae moralis* data de 1850. No Porto faz-se edição latina: GURY, Joanne Petro – *Compendium Theologiae moralis*. Editio Prima Portucalensis, Justa Decimam Octavam Lugdunensem. 4 vol. Portucale: Apud Bartholomaem H. de Moraes et Socium, 1869-1870. À sua morte contava já com dezassete edições. Em 1862 publica *Casus conscientiae*.

⁸⁰ O texto é dado por RODRIGUES, Manuel A. – Da Faculdade de Teologia para a Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. *Revista da História das Ideias*. 11 (1989) 523-524; 533-537.

⁸¹ Cf. *Ibidem*, p. 525.

em 1898.⁸² Conjugavam-se vários esforços para responder a diversos objetivos: necessidade de ter um lugar para onde enviar estudantes que contribuíssem para a renovação dos Seminários e para acabar com o estado de impreparação do clero; reforçar a unidade com a Igreja universal, esbatendo o espírito galicano que imperava nos governos; criar uma nova geração de bispos, educada com novo espírito mais inconformista e menos tímida perante o domínio nacionalista ou absolutista. Por outro lado, a Faculdade de Teologia permite que a Faculdade de Letras nasça, à partida, com mestres qualificados. Os Seminários diocesanos tentam preencher os quadros com professores mais qualificados e bons compêndios são traduzidos para oferecer aos alunos pensamento teológico adequado às correntes da teologia moral dos finais do século XIX e princípio do século XX. Vivia-se entre tentativas de renovação com abertura à filosofia e às ciências humanas, sobretudo psicologia e sociologia, e forte reação com regressos a uma mera ciência da lei, autoritária. Havia quem insistisse na fidelidade à revelação e à patrística e quem permanecesse na manualística das obrigações casuísticas. Nesta encruzilhada encerra a Faculdade de Coimbra as suas portas.

⁸² Sobre o Colégio Português podem consultar-se: *O Pontifício Colégio Português em Roma*. Roma, 1984; CARDOSO, A. Pinto – A educação do Colégio Português em Roma e a formação do clero em Portugal no final do séc. XIX. *Lusitania Sacra*. 3 (1991) 291-348.